

---

## A LITERATURA NÃO ATURA: UMA REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO E CULTURA EM MOVIMENTO

Literature does not tolerate: a reflection on education and culture on the move

Frederico Garcia Fernandes<sup>1</sup>  
Adreana Dulcina Platt<sup>2</sup>

**RESUMO:** Esse artigo trata dos mecanismos de produção e circulação literária, levando em conta sua penetração social e relações institucionais. Na primeira parte, foi examinada a recolha de 98 mil exemplares do livro *Enquanto o sono não vem*, de José Mauro Brant, feito pelo Ministério da Educação, no ano de 2017, em bibliotecas e escolas públicas. A interferência do Estado tem como um de seus principais desdobramentos a retirada de autonomia do professor de literatura. Na segunda parte, foram discutidas algumas políticas públicas que envolvem direta ou indiretamente a literatura, suas dificuldades de permanência e frágeis iniciativas de integração entre o ensino com outros sistemas de produção cultural. A análise evidencia como a penetração da literatura no espaço público, por meio de performances, eventos e a ocupação de espaços culturais contribuem para o aperfeiçoamento das relações democráticas na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura; democracia; leitura; performance

**ABSTRACT:** This paper deals with mechanisms of production and circulation of literature, analyzing its social penetration and institutional relationships. In 2017, the Ministry of Education collected from public libraries and schools 98.000 copies of the book *Enquanto o sono não vem*, by José Mauro Brant. This State intervention, discussed in the first part of this article, has led to a consequent loss of teacher's autonomy. In the second part, we focus on the fragile polices on literature by discussing how governments are reluctant to intertwine education and cultural systems. This analysis has concluded that the penetration of literature in the public space, through performances, cultural events, and occupation of cultural spaces, has contributed to improve democratic relations in the society.

**KEYWORDS:** Literature, democracy, reading, performance

### INTRODUÇÃO

A constatação de que as ciências e as artes estão passando por um processo de ideologização, com a finalidade de deslegitimar verdades e

---

<sup>1</sup> Frederico Garcia Fernandes é professor Associado da UEL, doutor em Letras pela Unesp-Assis, e pesquisador produtividade do CNPq. E-mail: fredma@uel.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação/UNICAMP. Doutoranda em Direito/UFSC. Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: adplatt@uel.br.

representações, afeta em cheio a literatura. Isso tem a ver com o contexto político e social por qual passa o Brasil, algo que em certo sentido já foi demonstrado no romance *Zero*, de Ignácio Loyola Brandão. Essa obra, escrita numa linguagem direta e contundente, traz para o centro de discussões a ordem ditatorial operada pela lógica da imposição de um discurso que nega fatos e ensina “alterar a verdade”. O exílio do cientista Marcondes Reis, uma personagem secundária no romance, representa o ataque à comunidade científica durante o endurecimento militar, no início dos anos 1970. Nesse contexto, direitos e posições institucionais são cassadas, a casa do cientista é invadida, seus livros confiscados e seus filhos ameaçados. A declaração do presidente diante dos fatos é a seguinte: “Quando a ciência subverte o homem e o corrompe, é melhor ter um país sem ciência, atrasado.” (BRANDÃO, 1987, p. 34) A justificativa de que não apenas a ciência, mas também a arte e a ciência são subversivas reaparece na imprensa brasileira, deixando em estado de alerta a comunidade artística e científica sobre a volta da repressão. Diante dessa situação que provoca inquietação tanto no meio acadêmico como artístico, esse artigo traz uma reflexão sobre a cultura literária à luz das relações sociais e institucionais.

“Cultura literária” é um termo bastante genérico, empregado *ad hoc* para designar o envolvimento de instituições públicas e privadas, artistas e produtores culturais, escritores, poetas e performers no processo de produção, circulação e memória literária. Tal cultura é produzida no seio de um determinado contexto político e torna-se não sua simples reprodução factual, mas, determina-se na sua relação com ele. No cenário político brasileiro, em pleno século XXI, tem sido fomentada uma ideologia de reação ao pensamento científico e artístico em larga escala, nos mesmos moldes que a ficção de *Zero* denuncia. Sob o pretexto da fundação de uma “nova verdade”, o presidente Jair Bolsonaro, políticos de sua frente parlamentar e muitos de seus correligionários no governo têm negado a historicidade do Golpe de 1964, relativizado a escravidão, ao passo que, também, tentam controlar dados científicos, que denunciavam a inoperância da gestão de governo. O artigo de Jeff Tollefson na prestigiada revista de divulgação científica *Nature*, de 07 de agosto de 2019, alerta para como as ações do “Trump tropical”, vocativo dado pelo próprio autor, as quais têm sido marcadas por sucessivos cortes de fundos de financiamento nas ciências brasileiras, podem levar ao comprometimento da floresta amazônica. De acordo com o cientista:

Desde que Bolsonaro assumiu o cargo, em janeiro, os pesquisadores brasileiros enfrentaram cortes no financiamento e repetidas tentativas do governo de reverter as proteções ao meio ambiente e às populações indígenas. Autoridades do

governo bloquearam a divulgação de um relatório do ministério sobre o uso de drogas no Brasil. E eles questionaram outros trabalhos de cientistas do governo, incluindo, mais recentemente, relatórios de desmatamento por uma agência nacional. O chefe da agência foi demitido em 2 de Agosto (TOLLEFSON, 2019).<sup>3</sup>

Um outro sintoma desse ataque recai sobre as Ciências Humanas, com ameaças de fechamento de cursos de Filosofia e Ciências Sociais nas universidades públicas, sob o pretexto da necessidade em se focar numa produção científica “estratégica”, cujo fim é a geração de riquezas e divisas. O exame dos acontecimentos, dos noticiários e das ações governamentais são alarmantes e têm colocado em risco o jogo democrático no País. O argumento do uso da ciência como geradora de lucro, e a serviço do capital, põe em xeque os princípios fundadores de uma nação, já que esvaziam a reflexão, enfraquecem a justiça, privilegiam o lucro – em detrimento da melhoria de qualidade de vida da sociedade – e tendem a transformar o cidadão numa mera engrenagem do ciclo de produção.<sup>4</sup>

#### CONSIDERAÇÕES SOBRE EREDEGALDA

A face mais perversa do discurso de defesa de uma ciência pragmática e produtivista está na expulsão das Artes, Literatura e Humanidades das escolas. Em *Not for Profit*, a filósofa Martha Nussbaum

---

<sup>3</sup> Conforme texto original: “Since Bolsonaro took office in January, Brazil’s researchers have faced funding cuts and repeated attempts by the administration to roll back protections for the environment and Indigenous populations. Government officials blocked the release of a ministry report on drug use in Brazil. And they have questioned other work by government scientists, including most recently, deforestation reports by a national agency. The head of that agency was dismissed on 2 August.” (tradução nossa).

<sup>4</sup> As eleições de 2018 acirraram ainda mais a dijunção política brasileira, cujas origens encontram-se nas Jornadas de 2013. Com a ascensão da direita radical bolsonarista, em 2019, setores da cultura e da ciência começaram a se organizar para fazer frente ao desmonte. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem feito algumas ações nesse sentido por meio da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), que culminou com a Marcha para a Ciência, em Brasília, no último dia 02 de outubro. Como resultados mais imediatos dessa ação, das quais participam inclusive associações da área como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Letras e Linguística (Anpoll) e Associação Brasileira de Linguística (Abralín), devem ser destacadas emendas parlamentares que asseguram recursos para o funcionamento da pesquisa na CAPES e CNPq. A Anpoll também tem feito reuniões com parlamentares e Ministério da Cidadania para legitimar a representação da área em comissões importantes como a Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

(2010) alerta para os vários riscos de eliminação das Humanidades e das Artes na educação em sociedades democráticas, as quais estão sendo, segundo ela, cortadas tanto no ensino primário como secundário em vários países. O motivo para os cortes dessas disciplinas assenta-se na ideia reinante de governos liberais de que é necessário tornar a nação mais competitiva para o mercado global. Nussbaum observa que, ao perseguir o lucro, as nações estão perdendo a capacidade imaginativa, a criatividade e o pensamento crítico. Isso representa um sério risco à democracia, a qual: “constrói-se a partir do respeito e do cuidado com o outro, que, por sua vez, são construídos sobre a capacidade de ver outras pessoas como seres humanos, não simplesmente como objetos” (2010, p.6).<sup>5</sup>

As ciências humanas, as artes e as chamadas “ciências duras” não são antagonônicas ou inimigas. Elas se tornam colaborativas e complementares na medida em que buscam a evolução e o bem-estar da humanidade, tendo salvaguardado os princípios básicos da ética, da igualdade e da preservação da vida. A literatura, como área de saber, tem um papel fundamental na garantia de tais princípios, pois franqueia a conexão com “atos de subversão e reflexão cultural, produzem um diálogo duradouro e até atrativo com preconceitos do passado, ao invés de uma atitude defensiva, cheia de medo” (Idem, p. 110).<sup>6</sup> A literatura acaba tendo um papel fundamental nas instituições de ensino, incluindo aí todas as instâncias educacionais da pré-escola à universidade. Ela tanto cultiva a alteridade e a empatia, como leva o aluno a ampliar suas experiências de vida. Além disso, pensar a inovação em ciência requer a presença das artes e da literatura nos currículos, já que um ambiente de inovação se constrói com pessoas de pensamento flexível, aberto e criativo, capacidades estas cultivadas pela literatura e artes (Idem, p.112).

Desde os anos 1970, pesquisadores do ensino de literatura têm fortalecido cada vez mais os laços entre a escola e a universidade, por meio de uma produção teórico-crítico-metodológica, gerada na pesquisa básica ou aplicada na área de Linguística e Literatura.<sup>7</sup> Tais pesquisas contribuem, mesmo que de maneira às vezes indireta, para a permanência da literatura nos

---

<sup>5</sup> Conforme texto original: “is built upon respect and concern, and these in turn are built upon the ability to see other people as human beings, not simply as objects.” (tradução nossa).

<sup>6</sup> Conforme texto original: “acts of subversion and cultural reflexion, produce an enduring and even attractive dialogue with the prejudices of the past, rather than one fraught with fear and defensiveness.” (tradução nossa).

<sup>7</sup> Cabe destacar também o trabalho dos pesquisadores do GT de Literatura e Ensino da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), criado em 1985, que entre os objetivos estão a) Reflexão sobre as transformações nas teorias literárias e educacionais; b) Reflexão sobre implicações terminológicas de diferentes nomenclaturas (ensino de literatura, educação literária, formação literária); c) Reflexão sobre a seleção de textos literários para o trabalho educativo (escolar e não escolar), sobre os espaços e tempo da leitura literária; entre muitas outras.

currículos escolares, a despeito de vários enfrentamentos políticos e posicionamentos conservadores da sociedade brasileira que insistem em enquadrá-la ora como um “saber inútil”, ora como “um desvio da boa conduta”. Enquanto a ciência é afrontada com a “nova verdade”, ou seja, a ênfase no contradito, mesmo diante da evidência do fato; o ataque à literatura se dá, principalmente, por meio da atitude moralista, que consiste na deturpação interpretativa do texto, aderindo a ele a pecha, *mutatis mutandis*, de imoral, lasciva, proselitista ou “degenerada”.

Os poderes públicos legislativo e executivo, em esfera municipal, estadual ou federal, têm-se tornado o lugar-comum de onde professores e o ensino de literatura são atacados, por meio da intervenção em escolhas bibliográficas ou seleções literárias. Alguns posicionamentos, conforme será debatido adiante, surpreendem pelo total desconhecimento de literatura, cultura popular e educação que, ao menos, numa ordem democrática, deveriam ser estimuladas e cuidadas como patrimônio cultural de uma nação. A proposição de um projeto-lei, como o Escola Sem Partido<sup>8</sup> – impulsionado pela onda ultrac conservadora que vem assolando o País e cujo nome denuncia em si o paradoxo duma ideologia neutra – tem na literatura um dos seus principais alvos de denúncias e adota como estratégia a burocratização e o cerceamento do seu emprego no, já fragilizado, sistema educacional.

Entre as várias investidas contra a literatura, as quais têm-se tornado cada vez mais noticiadas em jornais e redes sociais, talvez a do autor José Mauro Brant, que em seu livro *Enquanto o sono não vem*, mais especificamente no tocante ao conto “A triste história de Eredegalda”, aborda o tema do incesto, seja um dos exemplos mais contundentes. A narrativa, em versos, conta a história de Eredegalda, a princesa cujo pai a pede em casamento e rebaixa a mãe à condição de serviçal. A negativa da heroína a leva ao aprisionamento numa torre, sendo privada de água. Nela, ainda é abordada a covardia de suas irmãs, incapazes de enfrentar o poder tirano do pai. Por fim, o pai lança um desafio a três cavaleiros, sendo aquele que chegasse primeiro com um jarro d’água teria a mão da princesa, mas ela sucumbe à sede e morre antes. O livro, conforme noticiado na imprensa, chegou a ser recolhido pelo MEC e “cassado” em várias escolas municipais

---

<sup>8</sup> Segundo Lucia Conceição Pereira, o Escola Sem Partido é um movimento político, criado em 2004 pelo então procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, como uma reação para uma suposta instrumentalização do ensino para fins político partidários. Em 2014, Flávio Bolsonaro, então deputado estadual no Rio de Janeiro o apresenta como Projeto-Lei para Assembleia Legislativa. Seu irmão, no mesmo ano, o apresenta para a Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro. Em 2015, houve a proliferação de estados e municípios que aprovaram o projeto e depois receberam veto por reação de estudantes e professores, como também por impasses jurídicos. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/escola-sem-partido/>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

por apoiadores do Escola Sem Partido, que consideraram a história de Eredegalda, especificamente, inapropriada e imoral para crianças.

O conteúdo da obra traz à tona o simbolismo da arbitrariedade do poder, do egoísmo, da injustiça e da falta de solidariedade, com matizes na sua forma e conteúdo que a aproximam de textos de circulação da cultura popular. No entanto, na opinião dos “partidários do Sem Partido”, ela é tomada de um sentido puramente denotativo, revestindo-se de um conteúdo imoral. Por se tratar de um conto maravilhoso, cuja fantasia e ficcionalidade são um *a priori*, a denúncia da crueldade enfatizada na história reitera o trauma humano do abandono, que poderia ter sido neutralizado com a solidariedade das irmãs, com a presença firme da mãe, com o salvamento dos cavaleiros que não chegaram a tempo. Assim, todos os três falham e a heroína morre, por conta da perversidade de um pai aprisionador e arbitrário. A narrativa, nos moldes do cordel, humaniza porque inspira o sentimento altruísta, chamando a atenção para o sofrimento da heroína e para a necessidade de um posicionamento diante da tirania. O tom humanizador ainda reside na demonstração de que a vítima é produto tanto da justiça irresoluta como da indiferença.

Em outra chave interpretativa, a lógica que opera como argumento do censor é a de que uma narrativa sobre sofrimento é responsável, somente, por fazer reviver o sofrimento. O pretexto de que há crianças abusadas pelos pais, as quais não poderiam ler a história de Mauro Brant, foi replicado pelos defensores da retirada do livro. Mas se narrativas como essa não têm espaço na escola, como crianças que sofrem abuso encontrarão formas de expressar suas angústias, medos e pedidos de ajuda? Será a solidão do medo, em vez da solidariedade ao abusado, uma forma reinante do ensino? O incesto, assim como o abuso, ao serem tratados na literatura infantil e juvenil, causam desconforto porque rompem com o padrão social vigente, denunciam o que há de pior no ser humano.

É importante lembrar, como o historiador da cultura popular francesa, Robert Darnton (1986), em *O grande massacre de gatos*, que os contos populares de circulação oral valiam-se de conteúdos violentos, alertando crianças para não se tornarem presas fáceis de adultos. Com Charles Perrault, em *Contos da mamãe gansa* (1697), as narrativas populares passaram por um polimento de modo a retirar cenas de violência e conteúdo de traumas para a educação de uma refinada corte do alvorecer iluminista. As duas educam pelo exemplo, um do que deve ser seguido, e a outra, do que deve ser evitado.

Entre um polo e outro há duas práticas instituidoras da literatura na escola: uma, pautada na moral e bons costumes, intolerante a tudo que é considerado um desvio dessa norma, algo muito parecido com o que foi feito com o livro de Mauro Brant. Nessa linha, o texto literário é situado na condição de suporte para o exercício da função pedagógica, na qual o

exemplo do que é considerado apenas bom deve ser seguido. Outra, pelo contrário, trata-se de uma abordagem de ensino de literatura que não se furta a debater os conflitos, descrever as injustiças, penetrar a mente do vilão, enfrentar temas espinhosos como o incesto e também aqueles considerados tabus. Aqui, o trabalho do professor de literatura emancipa-se do caráter doutrinário, pois assume uma postura reflexiva, de modo a acolher as angústias e encorajar o debate sobre os conflitos e tensões inerentes ao desenvolvimento psíquico. O leitor também será emancipando visto que a literatura dá a ele condições necessárias para a superação de conflitos que o oprimem ou atravancam seu desenvolvimento emocional.

Nessa mesma linha argumentativa é que Martha Nussbaum reitera a importância da literatura e das artes na escola como aprimoramento do debate democrático. Pautada na ideia do brincar de Winnicott, Nussbaum (2010, p. 99) entende a literatura como criação de um “espaço potencial”, onde a alteridade nele desenvolvida com as personagens do texto é muito menos ameaçadora do que o encontro direto com o outro enseja ser. Por isso, o texto literário desenvolve a empatia e a reciprocidade, qualidades fundamentais à democracia.

Ditar regras e modelos da boa moral cabe bem à velha Educação Moral e Cívica (herança dos militares cuja fagulha ameaça parece querer reacender em nosso sistema educacional), menos ao trabalho com o texto literário. A literatura, conforme asseverou Antonio Candido em seu famigerado ensaio “A literatura e a formação do homem”, de 1972, contém em si uma força emancipatória, capaz de educar pela vida, levando o aluno a vivenciar a alteridade. Em suas palavras:

Dado que a literatura, como a vida, ensina na medida em que atua com toda a sua gama, é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta. E a sociedade não pode senão escolher o que em cada momento lhe parece adaptado aos seus fins, enfrentando ainda assim os mais curiosos paradoxos, — pois mesmo as obras consideradas indispensáveis para a formação do moço [no caso, clássicos da literatura como *Os Lusíadas*] trazem frequentemente o que as convenções desejariam banir (CANDIDO, 1972, p. 807).

Transpondo as ideias do crítico literário, proferidas há quase 50 anos, para o contexto atual, chega-se à conclusão de que o trabalho do professor de literatura está – ou, ao menos para que ela surtisse efeito, deveria estar – na contramão do censo comum nos dias atuais, quando não faz do texto um “manual de virtude e boa conduta”. Enquanto os ideólogos do Escola Sem Partido estão sendo incapazes de entender os textos literários

como heranças culturais que fundamentam nossos marcos civilizatórios, o professor, numa outra perspectiva, está fazendo do tema uma reflexão política, não político-partidária, mas política no sentido de construir o cidadão capaz de apreender criticamente sobre a história de sua sociedade e sobre sua cultura. O docente, desse modo, retroalimenta a cultura.

O texto literário emancipa o leitor quando a conduta exemplar deixa de ser o foco, quando o ensino abandona o caráter pedagógico em favor do debate sobre conflitos e situações inusitadas presentes em vários momentos da existência humana, criando, com isso, um terreno favorável ao exercício da liberdade, espaço possível para o aprendizado transmitido pelo texto, como em “A triste história de Eredegalda”. A literatura, desse modo, estende a vida no limite da experiência alheia, com tudo o que ela tem de bom e de ruim. O conjunto de experiências acaba por emancipar o aluno por meio da alteridade, levando-o a pensar a qualidade do que é do outro e do que é diferente.

A literatura, nessa perspectiva, desempenha um papel humanizador, tornando-se um eficaz artifício de linguagem, capaz de revelar mecanismos e interagir com a psiquê humana. Enquanto sustentáculo da alteridade, a literatura leva o sujeito a questionar suas próprias verdades de mundo, a rever suas ideologias, a reconstruir suas estruturas de imaginário, a libertar-se de aprisionamentos propagados pela linguagem de consumo recorrente no mundo social (MAGALHÃES; ZILBERMAN, 1987).

Dessa maneira, o ato de recolha dos 98 mil exemplares do livro de Brant diz respeito a uma ideologização, geralmente proferida por grupos que têm uma rigidez e deficiência na compreensão da evolução do pensamento na sociedade, sendo o medo seu combustível principal para o congelamento da ação criativa. Uma sociedade imóvel é uma sociedade morta. A permanência da literatura nas grades curriculares passa, hoje em dia, em muitos países, pelo enfrentamento de interesses e embates com grupos que querem se manter no poder, ferindo o jogo democrático. Para eles, a literatura em sua abertura de ideias e tolerância a diferenças de identidade é o principal pesadelo (NUSSBAUM, 2010). Por isso, a tentativa de neutralizá-la enquanto saber inútil ou de difamá-la como um tipo de “mentor do mal”. Mas talvez o ato mais nefasto dessa ação, praticada em nome de uma ideologia moralista, seja o de retirar do professor de literatura a sua autonomia de escolha, como se ele não estivesse preparado para entender as diferenças de idade, os problemas socioeconômicos e de identidade do público com o qual trabalha.

Essa perda da autonomia docente da disciplina de literatura terá como corolário o agravamento dos problemas de formação de leitores para futuras gerações. Ela começa com os ataques à própria arte em si, como no caso de José Mauro Brant, e alcançam uma dimensão política, por meio de projetos-lei que abrem margem para questionamentos de conteúdos literários.



O texto literário perde, com isso, sua mobilidade social. Essa dinâmica encontra na interrupção de políticas públicas de educação e de incentivo à cultura, por meio da leitura e acesso à obra literária, um outro vértice.

#### LITERATURA VIVA: AÇÕES POLÍTICAS E ESPAÇO PÚBLICO

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem apresentado uma performance insatisfatória no tocante à formação de leitores. Os dados da avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) reiteram essa afirmação. Nele, o rendimento de alunos brasileiros em interpretação de texto é abaixo da média de muitos países. Apesar de se tratar de pesquisas com públicos e metodologias diferenciadas, a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, ao identificar hábitos de consumo de livro e de tempo dedicado à leitura, reitera aquilo que parece ser um problema crônico na cultura nacional.

Seria a avaliação moral do texto literário, a insensibilidade e intolerância com linguagens artísticas ou a exaltação do tecnicismo o sintoma social de aversão à cultura literária? O acesso à leitura na sociedade brasileira é um indicador que abrange várias esferas, incluindo aí o enfraquecimento do mercado editorial e de redes de livraria, a ausência de leis que estimulem a profissionalização e a garantia de renda do escritor, o pouco incentivo a políticas institucionais de circulação da literatura, além da relação com o sistema educacional, já discutida anteriormente. Uma outra questão poderia ser levantada: em que medida a cultura literária está sob julgamento pelo fato de a literatura encontrar-se dissociada da vida social? O exame dos relatórios PISA e a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, em que pese suas diferenças, apontam para mesmo problema: a cisão entre os papéis sociais do aluno, do cidadão e da prática interpretativa.

O sintoma de uma cultura literária reprimida é também percebido nesses dados, uma vez que o problema é gerado na desconexão entre instituições e ensino, entre sociedade e políticas públicas malsucedidas. Para tanto, é, também, na análise desses indicadores que se revelam a incapacidade da gestão pública de atacar o problema de frente: não tão somente culpabilizando a educação, nem tampouco denunciando a ausência de uma política cultural consistente. Além do fato de cultura e educação serem tomadas como interdependentes, não é possível desconsiderar os problemas de desigualdade social do País, aliados à necessidade de ampliação de políticas de inclusão. Tais políticas são também responsáveis pela formação de leitores, à medida que franqueiam o acesso à cultura literária e ao mercado de bens culturais.

O PISA é uma avaliação trienal coordenada pela Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 70 países, que busca avaliar o desempenho de estudantes nas áreas de ciências, matemática e leitura. No que toca ao último item, o relatório de 2016 foi enfático ao afirmar que: “Mean reading performance in Brazil has remained unchanged since 2000. The difference from 396 points in 2000 to 407 score points in 2015 (an average increase of 2.5 score points every three years) does not represent a statistically significant change” (OECD, 2016, p. 3).<sup>9</sup>

No que diz respeito às possíveis causas para o baixo desempenho brasileiro no exame, o que, lamentavelmente, estende-se para as ciências e a matemática, o relatório do PISA aponta ter havido uma melhoria de investimento na educação, notado a partir de 2012. No entanto, isso não se refletiu em cobrança de resultados por parte dos gestores de ensino, além de ainda permanecerem problemas de desigualdade social e de baixa escolaridade dos pais, o que pode ter sido um agravante para a performance da formação do leitor brasileiro. Poderia ainda ser acrescido a esta análise o fato de que o Brasil é um país em que a carreira do magistério possui pouca atratividade, ao contrário dos países que ocupam o topo da avaliação, como Canadá, Cingapura e Finlândia, por exemplo.

Na tradição brasileira, os investimentos em formação continuada de professores da rede pública de ensino tendem a ficar restritos a uma política de governo e não de Estado. Na prática, ocorre uma súbita mudança das diretrizes educacionais e das políticas de formação com a alteração de governos e partidos políticos no poder. Isso implica em investimentos desordenados e descontínuos, responsáveis por drenar o acúmulo de experiências sobre a pesquisa aplicada, que tendem a esvaziar a reflexão crítica sobre o processo ensino-aprendizagem.

Tal tipo de política, reproduzido ao longo de décadas, deixará suas digitais nos resultados de baixa formação de leitores. Por outro lado, a formação continuada, quando associada à universidade, tende a preparar melhor o educador para os desafios da sala de aula. No Estado do Paraná, poderia ser citado como exemplo o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), aprovado por meio da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, o que faz dele uma política de Estado, já que a lei deveria, ao menos em tese, assegurar a permanência do Programa em várias outras gestões governamentais. Um aspecto positivo do PDE é a sua proposição de integração entre universidades e escolas, na qual o professor é afastado de suas atividades para conviver com a rotina acadêmica, desenvolvendo pesquisas voltadas para seu cotidiano de trabalho e sendo supervisionado por

---

<sup>9</sup> O desempenho médio da leitura no Brasil permaneceu inalterado desde 2000. A diferença de 396 pontos em 2000, para 407 pontos em 2015 (um aumento médio de 2,5 pontos a cada três anos) não representa uma mudança estatisticamente significativa (tradução nossa).

um docente. Contudo, o PDE não sobreviveu à troca, posterior à sua criação, de governadores. Brechas orçamentárias na lei justificaram a suspensão de novos editais para a seleção de professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná para o programa. O PDE não era apenas para professores de Língua Portuguesa e Literatura, mas a pesquisa facultava a esses professores pensar métodos e práticas de ensino literário, transpondo o conhecimento produzido nos departamentos universitários para o cotidiano de sala de aula.

A falta de uma política de formação continuada, que pense de modo sistemático a literatura na escola, não pode ser ignorada como um indicador externo, responsável também por afetar a formação de leitores no Brasil. Por isso, os resultados trazidos pelo PISA também devem ser entendidos como o reflexo de um estado incapaz de olhar para a formação docente de maneira compromissada e a longo prazo. O envolvimento de professores de literatura no PDE-Paraná é um exemplo de como a prática literária na escola fica enfraquecida com a paralisação de ações de um programa. Tal situação desvela um estratagema governamental que consiste em alterar a lei, de modo a isentar o Estado de deveres antes reconhecidos.

O acesso a bens culturais, como livros, e a eventos como feiras, festivais e bienais, é uma condição para que a experiência artística propiciada pela literatura seja garantida. Desde 2001, as edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, em que pese o enfoque na cultura literária impressa, apontam para uma sociedade de pouca penetração da leitura sob a forma de entretenimento. Mais especificamente, a 4ª edição, divulgada em 2016, apresenta avanços tímidos na quantificação de livros lidos por pessoas ao ano. Detecta-se no relatório de 2016: “um crescimento entre os dados de 2011 e 2015 dos livros lidos por ano (4,0 para 4,96), dos livros lidos inteiros (2,1 para 2,43) e dos livros lidos em partes (2,0 para 2,53).” (MARQUES NETO, 2016, p. 62). A pesquisa também trouxe o dado de que houve um crescimento no número de leitores, mas que ainda está longe de atingir um patamar razoável para uma sociedade como a brasileira, cuja pujança econômica – estamos entre as 10 maiores economias do planeta segundo o FMI – e produção de riqueza não refletem na mesma ordem o acesso a produtos culturais, principalmente no que diz respeito ao acesso ao livro.

O relatório *Retratos da Leitura no Brasil* (FAILLA, 2016) revela o óbvio ululante do contato com a literatura no Brasil: sua restrição ao espaço escolar, no qual efetivamente estão os melhores indicadores de leitores. O problema é que leitura e literatura não podem ser traduzidas apenas como uma política educacional, isto é, que ignore a importância e a contribuição de outros sistemas culturais e circuitos de produção e circulação literária como festivais, saraus, feiras, conversas com escritores, museus, editoras, livrarias, bibliotecas, exposições, performances etc. Existe uma semiosfera literária

operando em conjunto com o ensino, capaz de abranger a literatura em seus vários estratos sociais.

Se, por um lado, a avaliação de leitores brasileiros no PISA reflete de modo agudo a incapacidade de o aluno interpretar textos, por outro, *Retratos da Leitura no Brasil* (FAILLA, 2016) sacramenta a ideia de que o Brasil é um país de poucos leitores, à exceção de leitores da Bíblia, que tem sido recorrentemente o livro mais lido. Mas o que de efetivo tem sido feito como política pública para mudar este quadro?

Tentando responder a essa questão, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), criado pelo Decreto 519, de 13 de maio de 1992, ligado ao extinto Ministério da Cultura, hoje Ministério da Cidadania, caracteriza-se como uma das ações governamentais mais duradouras de promoção literária no cenário brasileiro. O PROLER é uma política de estado, definido, na prática, pela formação de redes, por meio de comitês sediados em prefeituras, secretarias de estados e municípios, fundações culturais e universidades, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a consolidação de ações e planos na promoção e disseminação do livro e da leitura. Mas como toda política pública, essa não está livre de ser submetida a intervenções governamentais, podendo sofrer restrições e rígido controle orçamentário ou, ainda, ter sua estrutura representativa e de conselheiros reduzida via decreto.

O PROLER recebeu um forte aliado com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), criado por meio de uma portaria interministerial, de 1 de setembro de 2011, a qual reuniu os ministérios da Educação e Cultura e pelo Decreto n. 7559, de 1 de setembro de 2011.<sup>10</sup> A principal diretriz do PNLL é a formação de mediadores de leitura (MARQUES NETO, 2010). O PNLL teve como principal função a mobilização de diferentes agentes do mundo do livro e da leitura para a construção de políticas públicas. De modo geral, os vários programas de acesso ao livro e de incentivo à leitura têm contribuído para a melhoria nos indicadores de leitura. Conforme observa Zoara Failla, de 2011 para 2016, programas públicos, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), tiveram papel “revolucionário ao promover a democratização do acesso ao livro e a leitura em nossas escolas e entre os estudantes. Não é por acaso que temos mais leitores entre aqueles que estão cursando o fundamental II” (2016, p. 41).

---

<sup>10</sup> Esse decreto foi alterado pelo decreto 9.930, de 2019, que com a extinção do Ministério da Cultura, o PNLL passou a estar vinculado ao Ministério da Educação e da Cidadania. Há também a alteração da composição de seu Conselho Deliberativo, bem como de suas funções, só que com o menor número de membros da sociedade civil organizada e a extinção do Conselho Consultivo, o que tem gerado muitos protestos por parte de alguns segmentos como, por exemplo, a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias.

O desafio de tirar a literatura desse estado de isolamento passa pela otimização de políticas públicas capazes de compreenderem a educação em relação a outros sistemas de produção cultural, franqueando ao leitor o acesso à experiência literária, mesmo após ele ter deixado a fase escolar. O que está sendo pontuado é que o debate sobre a cultura literária expande-se para além dos muros e portões escolares e se efetiva também sob a forma do debate sobre cultura e sociedade, pois existe um limite daquilo que pode ser ensinado na escola em matéria literária. Despertar a curiosidade do leitor em formação é a condição para que ele assimile a cultura literária e a leve para a esfera pública. Como observa o professor de literatura da Universidade de Coimbra, Carlos Reis, em uma reflexão sobre o ensino de literatura:

Só fara sentido trazer a literatura à esfera pública, se ela for o que em parte já foi: uma presença viva e vivida, não um convidado de circunstância. E essa presença viva e vivida só faz sentido se valorizarmos a literatura seja na Escola, seja fora dela, essa sua suprema *inutilidade*, que é a garantia inamovível da plena liberdade que ela nos ensina em cada momento” (In: BERNARDES, 2013, p. 299).

Enquanto engessada por leitores eivados de moralidade ou intimidada por legisladores ou governantes que tiram de especialistas a decisão de escolha de livros, a literatura não se movimenta para penetrar a esfera pública. A falta de mobilidade literária tende a se enfraquecer na medida em que o texto passa ser circulado e experienciado *in praesentia*. Voltando ao caso de *Enquanto o sono não vem*, José Mauro Brant, que também é performer e contador de histórias, assim se manifesta:

Percorri o Brasil com uma peça em que essa história é contada. Nunca provocou essa reação [...] Não é a compra do livro que faz a formação do leitor. É necessário espaço para discutir os textos, instrumentos valiosos para se estudar realidades locais (In: FORMENTI, 2017, p. 2).

O texto literário, ao empregar o corpo e a voz do contador como mecanismo de transmissão de histórias, abre-se para uma multiplicidade de conexões, em que ele é capaz de modificar e deixar-se modificar. As sensações corporais, sonoras, visuais e táteis da performance permitem que o texto afete não apenas seu espectador, mas também a cidade, ao constituir-se como parte da geografia local. Se a escola não é o espaço exclusivo da circulação literária, natural é que práticas de ensino da literatura apreendam e dialoguem com outras instâncias de produção e circulação literária, que não

apenas o texto impresso. Dessa forma, a literatura age diretamente na formação do cidadão, fazendo com que ele participe de modo ativo na pólis, ao instituir uma cidadania afetiva.

## CONCLUSÃO

Recuperando as ideias lançadas nesse texto, fica claro que o cerceamento literário – aquilo que a literatura não atura – é também uma forma de sitiá-la fora do espaço público. Tanto o sequestro de livros como a ideologia do Escola Sem-Partido são ações incisivas que atuam como castradoras da função humanizadora literária, ao circunscrevê-la a temas, padrões e conteúdos morais, negando o valor estético e artístico do texto. Programas de formação de professores que abrem o diálogo com a universidade ou a intensificação de programas de formação de leitores como o PROLER, os quais atuam em vários estratos da cultura literária, têm sofrido ações, como a não-abertura de editais (no caso do PDE), ou a alteração de sua estrutura de conselhos, com o afastamento de parte significativa da sociedade civil organizada (no caso, o PNLL, conforme decreto 9930, de 23 de julho de 2019).

A literatura não pode ser compreendida como um fenômeno apenas escolar, mas como uma atividade social, que envolve diferentes agentes e instituições na promoção da vida literária. Se a escola não é o espaço exclusivo da circulação literária, natural é que práticas de ensino da literatura apreendam e dialoguem com outras instâncias de produção e circulação do texto literário, que não apenas o texto impresso. Dessa forma, a literatura se torna viva mediante ações significativas, tais como:

- a) a promoção de eventos que possibilitem o encontro entre leitores e escritores, franqueando a troca de ideias sobre a cultura literária;
- b) a organização de espaços de declamações como os saraus, os coletivos literários – cada vez mais em crescimento nas cidades brasileiras;
- c) a integração com coletivos literários, geralmente constituídos por agremiação de faixa etária ou de gêneros, que se encontram para “trocas afetivas” de textos de autoria própria ou de terceiros;
- d) a transmigração de textos em diferentes performances e gêneros como, por exemplo, do conto à dramatização, do poema à canção etc.;
- e) a ocupação e apropriação cultural de espaços como bibliotecas,

acervos e livrarias ou a divulgação de sites sobre a literatura no meio digital.

Há, de modo indubitável, um ponto de convergência entre a literatura e a vida social, quando o texto literário passa a se manifestar em espaços da cidade. Historicamente, a literatura abrange tanto a esfera da educação como da cultura, o que faz com que ela absorva pressões políticas de ambos os lados. Mas seu principal trunfo é que a literatura, como arte, é também política pois, ao estetizar o mundo sensível, torna-se uma expressão de múltiplas identidades e ideologias. O mundo político efetivamente se democratiza quando está aberto à linguagem artística. Sem ela, a democracia será um acontecimento vazio de significado e sentido, uma força sombria do exercício de poder. A literatura é tanto uma força artística oriunda e posicionada ao lado da democracia, como não tolera formas opressivas do jogo do poder.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDES, J. A. C. Entrevista a Carlos Reis. In: MELLO, Cristina; MACHADO, Ana Maria (Orgs.). *Revista de Estudos Literários*. O Ensino da Literatura. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 3, 2013, p. 293-299. Disponível em: <<https://impactum-journals.uc.pt/rel/article/view/1987/2045>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRANDÃO, Ignácio Loyola. *Zero*. 11. ed., São Paulo: Global, 1987.

BRANT, José Mauro. *Enquanto o sono não vem*. Ilustr. Ana Maria Moura. Rio de Janeiro: JPA, 2013. (Quem quiser que conte outra).

BRASIL. O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER. Decreto n. 519. Brasília, DF, 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/1990-1994/D0519.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1990-1994/D0519.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional do Livro e Leitura. Portaria Interministerial n. 1.442, Brasília, DF, 2006. Disponível em <<https://www.semes.org.br/legislacao/migrado2046/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional do Livro e Leitura. Decreto Nº 7.559, Brasília,

DF, 2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2019.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: *Ciência e Cultura*. São Paulo, vol. 24, n. 9, 1972, p. 803-809.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAILLA, Zoara (org.). *Retratos da Leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2019

FORMENTI, Lígia. Livro que aborda tema do incesto será recolhido de escolas, diz MEC. *Guarulhos Web*. Guarulhos, p. 1-3. 08 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=222128&t=Livro+que+aborda+tema+do+incesto+sera+recolhido+de+escolas+diz+MEC>>. Acesso em: 14 ago. 2019

NUSSBAUM, Marta C. *Not for profit*. Why democracy needs Humanities. Princeton: Princeton University Press, 2010.

MAGALHÃES, Lígia Cadermatori, ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil: emancipação e autoritarismo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MARQUES NETO, José Castilho (org.). *Plano Nacional do Livro e Leitura*. Textos e História (2006-2010). São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2010.

MARQUES NETO, José Castilho. Retratos da Leitura no Brasil e as políticas públicas. In: FAILLA, Zoara (org.). *Retratos da Leitura no Brasil 4*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016, p. 57-73. Disponível em: <[http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016\\_LIVRO\\_EM\\_PDF\\_FINAL\\_COM\\_CAPA.pdf](http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2019

OECD. *Programme for International Student Assessment Results from PISA 2015*. Country Note: Brazil. 2016, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/pisa-2015-Brazil.pdf>> Acesso em: 21 dez. 2018.

PARANÁ. *Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)*. Lei Complementar n. 103. Curitiba, PR, 2004.



PEREIRA, Lúcia Conceição. *Movimento Escola Sem Partido*. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/escola-sem-partido/>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

TOLLEFSON, Jeff. ‘Tropical Trump’ sparks unprecedented crisis for Brazilian science. In: *Nature*. International Journal of Science. vol. 572, n. 161, 8 ago. 2019, p. 161-162. Disponível em: <<https://www.nature.com/magazine-assets/d41586-019-02353-6/d41586-019-02353-6.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Data de recebimento: 15 jun. 2019

Data de aprovação: 10 set. 2019